

Prefiro em dinheiro

ARTHUR CHAGAS DINIZ

É uma mania nacional, essa de colocar o inimigo do nosso desenvolvimento lá fora. Isto nos exime de culpa pelo atraso, nos faz mais tolerantes com a nossa incompetência ou inapetência e autoriza a própria sociedade a formular soluções sem sacrifício para a população. Basta que se resolvam os problemas externos. Os populistas brasileiros são exímios na formulação de "projetos", onde o Estado não emagrece, o empresário trabalha com dinheiro barato, os trabalhadores ativos têm aumento real (e substancial) de salário, a educação é gratuita em todos os níveis, a assistência médica é irrestrita e os aposentados e pensionistas passam a ter proventos dignos. Quem paga? Ora, quem paga é o inimigo, que está lá fora. Basta, por exemplo, fazer cessar as perdas internacionais! É decorrência direta deste ramal do sentimento — porque pensamento não é — a locução de que a dívida externa brasileira não pode ser paga com o sacrifício dos trabalhadores. O inimigo, como podem ver, está lá fora. Acho que é interessante examinar esta questão não apenas pelo indiscutível grau de dificuldade em que nos encontramos para gerar divisas em montante compatível com o serviço da dívida externa e o repagamento de parte do principal, como especialmente pelo "corner" internacional que a suspensão dos pagamentos nos colocou. A chamada dívida externa é a soma das parcelas vencidas e vindencas de empréstimos brasileiros pelo Governo federal, pelos Estados e Municípios, pelas estatais e pelas empresas privadas domiciliadas no Brasil. Em tese, empréstimos de longo prazo são tomados em bancos ou entidades oficiais de créditos assemelhadas para financiar despesas de capital com equipamentos, obras, instalações e outros. O longo prazo dos empréstimos e a dimensão dos juros se justificam porque há um período de maturação, maior ou menor, em função da especificidade de cada projeto. O perfil da dívida deve ser compatível,

em linhas gerais, com a capacidade de geração de caixa de cada projeto. Assim, por exemplo, um empréstimo para financiar a construção de uma usina hidrelétrica de grande porte deve ter uma carência e um período de pagamento maiores do que um empréstimo para construir uma central telefônica.

O procedimento mais adequado do tomador de empréstimo — o devedor — deve ser o de harmonizar seu caixa com o pagamento deste empréstimo. Aliás, os empréstimos só são aprovados pelos banqueiros quando o devedor mostra que, com o que vai produzir, ele pode vir a pagar o dinheiro emprestado.

Como se sabe, a única forma legal de efetuar pagamentos ao exterior é recolher os cruzeiros correspondentes ao débito a pagar junto ao Banco Central. Foi isto precisamente o que fizeram as empresas privadas brasileiras, devedoras, em moeda forte, aos bancos no exterior. Também não é novidade que o Banco Central não remeteu as divisas e, portanto, federalizou a dívida externa. Hoje, infelizmente, se pode dizer, com propriedade, que o Brasil deve cerca de 120 bilhões de dólares ao exterior. E qual foi a mágica que permitiu que as empresas privadas pudessem recolher os cruzeiros correspondentes à sua dívida externa e os agentes estatais (Estados, Municípios e empresas estatais) não fossem capazes de fazê-lo?

A explicação passa por questões de várias naturezas. Em primeiro lugar, a maior fatia da dívida externa tem origem em empréstimos ao setor elétrico. Devedor, em moeda forte, Governos sucessivos temendo o impacto inflacionário do preço do Kwh não corrigiram a tarifa adequada-mente.

Fazendo isto transferiu riqueza do bolso dos mais pobres para os mais ricos, que consomem mais energia subsidiada. Em segundo lugar, em nome de uma pretensa independência nuclear, "enterrou", a expressão é esta mesma, mais de 20 bilhões de dólares no projeto das usinas nucleares. Angra I, a primeira usina nuclear do

País, é mais conhecida como usina vagalume. Se nada ganhamos na área nuclear, teremos inscrição certa no "Guinness Book of Record" com o Kwh mais caro jamais produzido em qualquer tempo. Especialistas em hidrelétricas, estradas, portos e aeroportos têm afirmado que a contratação destas obras pelo Estado representa um custo adicional de, pelo menos, uns 40% em relação a uma alternativa privada. Já os Estados e Municípios usaram boa parte dos créditos obtidos no exterior para complementação da folha de salários. O fato é que, como resultado desta soma de equívocos, o Estado não gerou caixa suficiente para pagar os compromissos assumidos. Assim, Estados, Municípios e empresas estatais que não são executáveis não geraram caixa e não recolheram os cruzeiros correspondentes ao que deviam ao Banco Central para que este os remetesse aos credores externos. Obviamente haveria outras questões a resolver, caso não fossem inadiáveis, porque a necessidade de remeter tantos dólares a mais teria elevado a taxa de câmbio e dado maior competitividade aos produtos brasileiros no mercado externo. Mas, isto é outra conversa.

O que é evidente é que os agentes estatais não pagaram a dívida externa, não por causa do inimigo que está lá fora, mas porque não fomos competentes. E esta incompetência está tendo consequências diretas e dramáticas na vida dos brasileiros. Dinheiro novo para o Brasil, seja sob forma de empréstimos, seja sob a forma de investimento direto, não existe porque o dinheiro internado vale 30% do que vale o seu valor lá fora. É preciso nos convencer-mos de que o inimigo não está lá fora ou então teremos que aceitar como adequado o "nonsense" do banqueiro estrangeiro que, respondendo ao populista brasileiro se queria receber o pagamento com o sacrifício do povo brasileiro, respondeu: não, eu prefiro em dinheiro.

Arthur Chagas Diniz é consultor e Diretor do Instituto Liberal.